

A REDEFINIÇÃO DO CONCEITO “OFFEANO” DE SELETIVIDADE DIANTE DE UMA CONJUNTURA GLOBALIZADA.

Erni José Seibel

RESUMO

Este artigo tem por objetivo repensar o conceito offeano de seletividade considerando as transformações mundiais em decorrência do processo de globalização que alterou os elementos estruturais que orientavam a compreensão e a prática da seletividade no âmbito da Administração Pública. O conceito de seletividade foi trabalhado por Claus Offe em *Problemas Estruturais do Estado Capitalista*, respondendo ao debate então vigente sobre o caráter de classe do Estado e orientando-se para as funções sociais do mesmo. A importância em repensar o conceito de seletividade está baseada no fato de que a nova ordem mundial altera profundamente as funções do Estado, principalmente suas funções sociais, afirma novos atores políticos, sociais e institucionais. Esta nova conjuntura engendra novas formas de seletividade, principalmente na prática da Administração Pública. Assim, resgato, primeiramente, o arcabouço conceitual de Offe sobre o conceito de seletividade; a seguir identifiquei os principais eixos de uma conjuntura globalizada e, finalmente indiquei, no âmbito do debate sobre as novas formas de proteção social, os elementos de uma nova seletividade ou *contra-seletividade*.

ABSTRACT

In this paper I suggest the rethinking of Offe's concept of selectivity, considering the world transformation caused by globalization that changed the structural elements which oriented its comprehension and practice in the public administration area. The concept of selectivity was coined by Claus Offe in his book "Structural Problems of the Capitalist State", where he joins the debate on the State's class nature stressing its social functions. The importance of rethinking the concept of selectivity is based on the fact that a new world social order changes profoundly the functions of the State, specially its social function, when new political, social and institutional actors are established. The world new conjuncture sets new forms of selectivity, particularly in the practice of public administration. In this sense, I start reconsidering Offe's conceptual framework on selectivity. Later I identify the centerline of a global economy and finally I indicate, in the context of the debate on new forms of social protection, the elements for a new selectivity or counter-selectivity.

I) Introdução

O presente trabalho tem por objetivo repensar o conceito offeano¹ de seletividade considerando as transformações mundiais em decorrência do processo de globalização que alterou os elementos estruturais que orientavam a compreensão e a prática da seletividade no âmbito da gestão pública. A questão que se levanta é: *alterando-se a conjuntura, podemos ainda utilizar o conceito e as proposições metodológicas de Offe nos mesmos parâmetros originais? - Quais os elementos da nova conjuntura que alteram metodologicamente o conceito de seletividade? Quais os novos desafios para a reconstrução deste conceito?*

É importante salientar alguns pressupostos que vão orientar nossa reflexão neste trabalho.

Um primeiro pressuposto diz respeito à origem do debate que levou Offe a desenvolver o conceito de seletividade, isto é, o debate em torno do caráter de classe do Estado. Não é nossa proposta retomar esta questão. Ao mesmo tempo não pretendemos ignorá-la, uma vez que será a partir da sua consideração que se produzirão novas formas de seletividade. A nossa preocupação está menos em retomar este debate ou, em reafirmar a obviedade do caráter de classe do Estado, do que em perceber como esta nova seletividade se apresenta nas concepções e na lógica das ações governamentais, principalmente no campo das políticas públicas de recorte social. É nesta dimensão que pretendemos perceber a introdução do caráter seletivo nas concepções e práticas de gestão das políticas públicas.

Neste trabalho vamos primeiramente retomar o conceito de Offe, seus pressupostos e questionamentos metodológicos, os eixos estruturais da conjuntura que podem reorientar o conceito de seletividade e, finalmente sugerir novas dimensões para a sua redefinição.

II) O Conceito de Seletividade em Offe

A reflexão sobre seletividade inicia-se em Offe a partir da relação entre o aparelho estatal e interesses vinculados à necessidade de valorização capitalista. Esta questão é debatida por duas correntes criticadas pelo autor (1984:142). À primeira pertencem as denominadas "teorias da influência". Estas teorias percebem o Estado como "instrumento da classe dominante, um suporte institucional no processo de valorização". À segunda pertencem as "teorias dos fatores limitativos" que negam o fato de que as instituições do sistema político possam tornar-se instrumentos de qualquer interesse não-capitalista. Para Offe (idem) as duas linhas de argumentação são inadequadas para demonstrar o caráter classista do Estado, pois se limitam a analisar as relações de determinação externa ao aparato estatal que dão ao processo político um conteúdo de classe.

Em sua crítica a estas correntes o autor distingue o conceito de interesse de classe em contraste com os meros interesses específicos de empresários isolados. O conceito de interesse de classe pressupõe um nível de racionalização na definição dos interesses, limitada por fatores como a concorrência e a crescente dificuldade em criar formas solidárias entre grupos de capitais.

¹ *Problemas Estruturais do Estado Capitalista*. Biblioteca Tempo Universitário, 79. Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, 1984.

Por outro lado, o autor se contrapõe à tese da teoria instrumentalista do Estado afirmando que: "...o interesse comum da classe dominante se expressa, da forma exata, naquelas estratégias legislativas e administrativas do aparelho estatal, que não são desencadeadas por interesses articulados, ou seja "de fora", mas que brotam das próprias rotinas e estruturas formais das organizações estatais; e inversamente: é maior a probabilidade de que os interesses da classe dominante sejam neutralizadas por pressões particularistas e até diretamente violados, ou pelo menos que as decisões negociadas sejam relativamente irrelevantes para o capital global, quando prevalecer uma política de influência, em condições pluralistas." (Offe;1984:145)

Offe sugere portanto que o aparato estatal, estruturado historicamente e ideologicamente cristalizado, possuiria um poder e autonomia relativos capaz de imprimir um caráter seletivo às ações governamentais e às políticas públicas.

A configuração do caráter de classe de organização do poder estatal depende da explicitação das analogias estruturais entre o Estado e a economia organizada sob forma capitalista. O Estado não somente deveria ter uma organização análoga a do capital, mas ser simultaneamente uma formação capaz de contrapor-se aos interesses particulares estreitos dos capitalistas individuais e de suas organizações políticas, sob a forma de um poder controlador, tutelar em síntese, um aparelho autonomizado que possa integrar em um interesse de classe, os múltiplos interesses especiais e particulares.

Surge então uma primeira questão: *como se daria a exclusão sistemática de todos os interesses antagonicos?* ou, *“qual seria a estrutura interna do sistema político capaz de garantir a concretização de iniciativas e da integração dos interesses resultantes do processo de valorização?”* (idem:146) O conceito classista das formas institucionalizadas de dominação política não poderia ser suficientemente definido pelas influências que condicionam o exercício da dominação. Tal dominação precisa apresentar, em si mesma, características estruturais. Assim, só se poderá falar de um "Estado capitalista" ou de um "capitalista global ideal" se for possível demonstrar que o sistema de instituições políticas possui uma "seletividade própria", especificamente classista correspondente aos interesses do processo de valorização. (idem:147)

Para o desenvolvimento desta abordagem o autor a) conceitua a dominação organizada pelo Estado como um sistema de regulamentação seletivo, gerador de ocorrências, ou seja, a dominação como um processo de seleção; b) deduz o tipo de seletividade que fundamentaria o caráter classista de dominação estatal, isto é, *quais os desempenhos específicos de seleção que um aparato estatal precisa mobilizar para funcionar como Estado capitalista?* e, c) examina os problemas metodológicos que surgem para a verificação empírica de seletividade.

Esclarecendo o conceito de seletividade, o autor o define como "uma configuração de regras de exclusão institucionalizadas", (idem:147) o que conduz a uma questão metodológica, qual seja, a *necessidade em conceituar aquilo que é excluído*. Os fenômenos excluídos que o autor define como "não-acontecimentos" (idem:148) são classificados como: *sócio-estruturais*, *acidentais* e *sistêmicos*. Os *sócio-estruturais* seriam aqueles fenômenos com características estruturais produzidas antes do desenvolvimento das sociedades industriais capitalistas. Os *acidentais* seriam aqueles fenômenos que poderiam ocorrer independente das estruturas e regras de procedimento dos sistemas políticos e, os *sistêmicos* seriam aquelas operações de seletividade impostos de forma imediata pelas estruturas e processos organizacionais do sistema político e que podem ser explicadas sem referência a tais processos. Para o autor (idem:149), a estrutura interna do sistema de instituições políticas contém premissas sedimentadas que funcionam como critérios de seleção no sentido de:

- a) apresentar uma seletividade que procure decantar um “interesse de classe” a partir dos interesses estreitos, efêmeros, contraditórios e imperfeitamente formulados de um política pluralista de influências, ou seja, escolher e selecionar somente aqueles interesses compatíveis com os “interesses globais do capital”, de forma a favorecer sua articulação. O caráter classista do Estado consistiria no desenvolvimento de uma seletividade que servisse à unificação e à destilação de um interesse capitalista global.
- b) adicionalmente o Estado necessitaria de uma seletividade complementar, que consistiria em proteger o capital global contra interesses e conflitos anti-capitalistas.

Em **a)** o Estado exerceria uma *seletividade positiva*, formulando um interesse positivo de classe, protegendo o capital de “si mesmo”, dos resultados de uma articulação de interesses míope, medíocre e incompleta. Em **b)** o Estado atuaria como órgão de repressão contra as articulações de interesses contrários, preservando o capital das ações de interesses anti-capitalistas, praticando uma *seletividade negativa*. O caráter de classe do Estado será expresso na junção destas duas formas de seletividades.

A definição do caráter classista do Estado poderia ser empiricamente percebida através de mecanismos de seleção que constituem um sistema de filtros expresso em atos e processos político-administrativos, vinculando a interesses de classe uma racionalidade estratégica objetiva, assegurada pela estrutura interna do sistema institucional político. (idem:151)

Offe (idem:152) especifica metodologicamente a sua idéia de seletividade através dos mecanismos de seleção. Estes, institucionalmente arraigados, podem ser identificados analiticamente no sistema político em pelo menos quatro níveis: *estrutura, ideologia, processo e repressão*.

- a) *Estrutura*: cada sistema institucional político dispõe de um raio de ação definido, fixado de fato e juridicamente e que determina os fatos e as demandas que podem tornar-se objeto da política estatal. A estrutura de cada sistema institucional-político pode ser interpretada como um programa de seleção que estabelece premissas e barreiras para uma política possível e delimita um espaço de possibilidade de acontecimentos políticos.
- b) *Ideologia*: a função da ideologia seria promover a percepção e articulação seletiva de problemas e conflitos sociais. A ideologia filtra ou restringe os acontecimentos políticos através de um conjunto de normas.
- c) *Processo*: refere-se aos procedimentos institucionalizados de formulação e implementação política, desde sua explicitação inicial (enquanto conflito ou demanda), até seu planejamento ou administração, passando pela barganha e assessoria parlamentar. Estes processos selecionam, na medida em que pré-julgam, isto é, ao conferir a certos conteúdos políticos probabilidades maiores de realização enquanto política pública, assegurando-lhes prioridade, relações de favorecimento ou, inversamente, de exclusão para certos temas, grupos ou interesses.
- d) *Repressão*: consiste na aplicação ou ameaça de atos repressivos do aparelho estatal (polícia, exército e justiça)

Isto posto o autor (idem:154) exprime um dilema empírico - metodológico: “*para obter um quadro dos mecanismos de exclusão e de suas afinidades com os interesses de classe, devemos ter à disposição um conceito daquilo cuja possibilidade está sendo negada por tais mecanismos, ou seja, daquilo que está sendo excluído.*” Em outras palavras, se se quiser usar o conceito de seletividade precisamos estar em condições de indicar fenômenos e

acontecimentos que estão fora da esfera coberta pelas regras de exclusão. Para responder a esta questão Offe recorre às interpretações sistêmica e behaviorista de seletividade.

A partir da teoria sistêmica, na versão de Luhman (apud. Offe;1984:156), pode-se esclarecer que as organizações, expressando uma redução da complexidade social, serão sempre seletivas, baseando-se em regras de exclusão. Assim, as organizações sociais estabelecem fronteiras interno / externo ao sistema político, para garantir sua estabilidade. O sistema político consiste aqui em uma multiplicidade infinita de operações de delimitação. Na concepção behaviorista a seletividade dar-se-á através da dicotomia acontecimentos legítimos / não - legítimos, definidos também pelos sistemas políticos. Diante dos limites sistêmicos e behavioristas, Offe propõe o estabelecimento de um padrão de medidas para a averiguação de seletividade do sistema políticos de ordem antropológica, normativa, jurídicas, etc.

O autor sintetiza que o caráter seletivo de um sistema político só pode ser percebido no contexto de uma *praxis* política e identificada nos conflitos de classe realizados mediante ações e organizações nas quais as ações normativas coletivas se transformam em violência empírica. (idem:161) O autor esboça elementos de evidência empírica da negação da dominação e dos conflitos tais como a produção de consenso, as políticas de bem-estar-social, os processos eleitorais e as estratégias politico-administrativas. (idem:168) Assim, a despolitização dos temas conflitivos e a radicalização da expressão política parecem constituir os dois extremos de um espectro de alternativas abrangendo as possíveis estratégias do Estado capitalista em sociedades industriais desenvolvidas.(idem:171)

III) Os Eixos Principais de uma Conjuntura Globalizada

A seguir sugerimos alguns eixos que transformaram ou adquiriram relevância no processo de globalização nas duas últimas décadas que reorientaram a prática seletiva das ações públicas e que nos indicam a redefinição do conceito de seletividade.

- a) A transição de um sistema de Welfare State baseado em políticas públicas tradicionalmente formuladas, organizadas e implementadas pelo aparato do Estatal nacional, para a organização de uma estrutura institucional onde a proteção social, agora definida globalmente, para além das fronteiras nacionais, orientadas e controladas através de um sistema de pressões em sua especificidade pelas agências internacionais (FMI, BM, BIRD, etc.), onde o Estado nacional tem um papel reduzido e compartilhado com as esferas locais na gestão das políticas públicas.(Felicissimo:1994)
- b) Ao Estado fica reservado o papel de regulador de funções de proteção e bem - estar, outrora governamentais, agora operadas pelo mercado. O Estado mantém e amplia a condição de gestor das funções de coerção e repressão (Justiça, legislação e repressão).(Fiori:1993;Lechner:1996)
- c) O mercado passa a ser o principal fornecedor de serviços de proteção social e portanto, explicitamente seletivo a partir de critérios muito claros de propriedade, renda e salário. A gestão das funções governamentais, isto é, da administração pública, orientadas eticamente a partir de valores formulados historicamente por movimentos políticos e sociais, agora são inseridos numa posição secundária, deslocados por valores oriundos da lógica do mercado.
- d) Ocorre uma alteração no perfil dos segmentos sociais demandantes de políticas sociais, considerando principalmente uma forte alteração nos padrões de pobreza (a pobreza

como fruto de baixos níveis salariais e não necessariamente provocada pelos níveis de desemprego), na mobilidade social (migração); na estrutura familiar (monoparental feminina); no aumento do mercado informal com a ampliação da super-exploração do trabalho feminino e do aumento do trabalho infantil.(Esping-Anderson:1995;Zaluar:1997)

IV) A Crítica e a Redefinição do Conceito de Seletividade

Como vimos, Offe organiza sua compreensão sobre o conceito de seletividade a partir do debate sobre o caráter de classe do Estado e as vertentes teóricas: teorias da influência e teoria dos fatores limitativos. Propomos repensar o conceito incorporando a questão da conjuntura globalizada. Sua proposta é demonstrar o caráter estrutural de classe do Estado praticado através de sua ação político - administrativa. Esta condição define um eixo de ação do Estado enquanto agente seletivo, agente de inclusão/exclusão social, o Estado, agora correia de transmissão de um aparato institucional globalizado, como um *gestor de seletividades*. Esta perspectiva define um Estado como *administrador* (organizador de interesses dominantes) ou *não-administrador* (desorganizador de interesses de classes subalternas e/ou opositoras) (Poulantzas:1977). Neste sentido podemos perceber segmentos da Sociedade civil como *administrada*, isto é, que tem seus interesses organizados e/ou *desadministrada*, cujos interesses e necessidades materiais não são reconhecidos ou institucionalizados na ação cotidiana e na agenda pública. A Administração (num sentido ampliado do conceito) significaria a viabilização dos segmentos sociais enquanto classe social (p. ex. a viabilização da reprodução de força de trabalho). É sob esta noção de Administração (a viabilização econômico-política de classes ou segmentos sociais) que será possível refletir o processo de construção da Sociedade civil. A *desadministração* significaria justamente a negação, ou a não-viabilização deste projeto, uma vez que implicaria na reprodução de formas econômicas e políticas tradicionais e arcaicas, impeditivas à construção da Sociedade civil.

A discussão sobre o problema da seletividade na ação do Estado não é um dado *per se*. As práticas seletivas correspondem a realidades históricas e políticas que nos remetem à questão das relações de classe e às formas de dominação. Essas formas de dominação se expressam como “matrizes de poder” ou, “matrizes de seletividades”. Ao mesmo tempo estas matrizes de poder organizam suas práticas seletivas no espaço circunscrito por instituições (espaço de decisões) que são dinamizados por uma cultura político-administrativa (tecnocrática ou patrimonial, p. ex.).(Abranches:1989) Esta cultura se materializa, portanto, numa prática de seletividades.

Uma absorção da proposta metodológica de Offe, apresenta limites de ordem histórica, política e cultural. Entendemos como fundamental ter clareza de que o autor pensa o Estado capitalista num contexto europeu e, em muitos momentos uma especificidade de realidade alemã. Mais precisamente podemos afirmar que o autor trabalha com uma realidade político-administrativa onde: as relações pré-capitalistas estão depuradas; as classes sociais se homogeneizaram e se afirmam enquanto tal; as classes burguesas atingiram um grau relativamente sólido de hegemonia diante do conjunto da sociedade; o Estado atinge alto grau de competência político-administrativa, expressando grande capacidade de regulação das relações sociais; e uma Sociedade civil relativamente desenvolvida e politicamente amadurecida. Este é o cenário, a partir do qual o autor pensa sua proposta metodológica, constrói seus conceitos e, mais importante, é a partir deste cenário que o mesmo busca

organizar os conteúdos metodológicos de sua proposta. Isto não implica que este cenário não esteja repleto de contradições e que apresente uma rede complexa de relações sociais e político-administrativas.

É importante ressaltar que Offe apenas indicou um arcabouço metodológico, não o especificou em seus detalhes. A sua universalização seria uma tarefa uma vez que não permitiria a percepção da especificidade histórica das formas institucionais das diferentes formações sociais. A mera definição de que o Estado é capitalista ou até uma especificação da sua condição monopolista, não é suficiente para se deduzir o arcabouço e a prática seletiva de sua ação numa determinada formação social, como a brasileira, por exemplo.

A redefinição do conceito de seletividade nos parece uma tarefa extremamente importante, considerando o seu potencial de crítica à gestão pública, a partir de uma perspectiva político-sociológica. Sem afrontar o caráter universalista de uma nova concepção de seletividade, precisamos considerar os pressupostos conjunturais de uma nova seletividade para então podermos sugerir parâmetros metodológicos.

- a) Um primeiro pressuposto refere-se ao formato da proteção social que se delinea nas últimas duas décadas, principalmente no eixo das nações periféricas. Segundo Werneck Vianna (1998:14), observa-se um quadro de *americanização* do sistema providenciário brasileiro, ou seja, as provisões públicas ficam para os pobres (que em geral tem baixa capacidade de expressar o desagrado com a negligência que os prejudica) e o mercado se encarrega da oferta de proteção – a preços e qualidade variáveis de acordo com o bolso do cliente – aos que dispõe de alguma renda para comprá-la. Esta *americanização*, segundo a autora, diz respeito: a) ao quadro político-institucional que circunscreve a própria existência do Welfare State (neocorporativismo e lobbies) e, b) ao desenho do sistema de proteção social no Brasil, universalista em sua concepção, mas substancialmente seletivo. Esta seletividade pode ser percebida também nos princípios² que agora orientam a formulação de políticas sociais (*focalização* e *emergencialidade*), em contraposição a princípios de *universalização* e *equidade* sugeridos pelos movimentos sociais. (Draibe:1993)
- b) Um segundo pressuposto se reporta ao desenvolvimento de uma cultura político-administrativa de orientação gerencial no âmbito da gestão das políticas públicas. Este processo adquire nitidez nos programas de reforma do Estado, principalmente segundo a concepção da NPM³ (New Public Administration). Padrões ético-políticos como cidadania, justiça, representação, transparência, *accountability*, imparcialidade, equidade, etc., incorporados pela Administração pública em função dos movimentos democratizantes das últimas décadas, estão sendo marginalizados ou subordinados a uma ética empresarial emergente baseada em normas de mercado como eficiência, competição, produtividade, satisfação do consumidor. Assim, percebe-se uma realocação ou reinversão

² “Neste contexto, observam-se algumas tendências de transformações nas políticas sociais, que vem ocorrendo com formas e ritmos diferenciados em cada uma das áreas de proteção social no Brasil. Essas mudanças podem ser agrupadas, por exemplo, em algumas dimensões representativas, tais como: descentralização; participação da sociedade; focalização ou seletividade das ações; regulamentação e regulação; flexibilização; promoção de inovações sociais; adoção de medidas que visam elevar a eficiência e a eficácia do aparelho estatal. Essas dimensões são ainda movimentos embrionários que não se constituem em um conjunto coeso de diretrizes claras sobre os rumos das políticas sociais brasileiras.” (IPEA;2000:5-6)

³ Nos referimos aqui às propostas da “reengenharia” e à apologia da flexibilização das relações nas organizações públicas e privadas. Sobre esta questão ver Administrative Theory & Praxis : Volume 22, Number 3, September 2000.

- de valores e princípios como a “utilidade monetária” que define uma qualidade de serviços diferenciados, dependendo do público a quem se dirige, isto é, entre o “cidadão consumidor” e o “cidadão ordinário”. A rígida distinção entre público e privado perde espaço para a proposição de uma intensiva cooperação ou parceria entre o público e o privado. Da mesma forma a perspectiva normativa da equidade social é subordinada à eficiência econômica das políticas públicas. A autonomia financeira, de pessoal, de decisões, desafiam a transparência pública baseada no controle das instituições democráticas. (Haque:1999) Este processo de flexibilização das estruturas das organizações públicas trouxe como consequência a transformação no caráter do trabalho profissional no serviço público tradicional e no vínculo do servidor público com as instituições (ampliação da apatia e o descompromisso com a instituição) e nas organizações públicas e a Sociedade civil (baixo nível de compromisso e responsabilidade), principalmente em função da terceirização que interpõe um novo agente (despolitizado) entre a Sociedade que demanda serviços públicos e o Estado, depositário de responsabilidades sobre sua execução e qualidade.(Balfour & Grubbs:2000)
- c) Outro pressuposto é a emergência da esfera institucional das ONG's. Mesmo incorporando cada vez mais funções importantes no espectro das políticas públicas, as mesmas têm ainda um papel pouco claro. Se por um lado, as ONG's surgem como uma possibilidade de inovação, dado seu formato organizacional não burocratizado, por outro lado, apresentam limites sociais e políticos. Sociais, pela baixa capacidade de incorporação em massa de segmentos demandantes de serviços públicos, principalmente aqueles não organizados. Políticas porque grande parte das ONG's não logram escapar de uma dependência e subordinação ao Estado e ao mercado em função de uma correlação desigual de forças, servindo, assim, como correia de transmissão de novas formas de seletividades.(Souza Santos:1998)

V) Considerações Finais

Uma redefinição do conceito offeano de seletividade implica na revisão não somente da conjuntura em que o mesmo foi significado e dimensionado por Offe, mas na análise e reinterpretação de outros conceitos de suporte que orientam e conferem densidade à idéia de seletividade, tais como: o significado de “realidade/ não realidade”; “acontecimentos / não-acontecimento”; a delimitação institucional da exclusão; o redimensionamento dos níveis de seletividade e, finalmente, a reinserção do próprio debate do caráter de classe do Estado, questão que origina o esforço de Offe em torno da idéia de seletividade. Somente depois de fixarmos metodologicamente e situarmos política e sociologicamente o conceito de seletividade numa conjuntura globalizada, poderemos sugerir incursões na análise das formas políticas e sociais de uma *contra-seletividade*.

VI) Bibliografia

- ABRANCHES**, Sérgio H.(1989) O Leviatã Anêmico: Dilemas Presentes e Futuros da Política Social. In: *Planejamento e Políticas Públicas*, n.1,pp.7-32.
- BALFOUR**, Danny L. & **GRUBBS**, Joseph. Character, Corrosion and the Civil Servant: The Human Consequences of Globalization and the New Public Management. In: *Administrative Theory & Praxis* : Vol. 22, No. 3, 2000: 570-584.
- DRAIBE**, Sônia.(1993) Políticas Sociais e o Neoliberalismo: reflexões suscitadas pelas experiências latino-americanas. In: *Revista USP - Dossiê Liberalismo/Neoliberalismo*, n.17, marco/abril/maio.
- ESPING-ANDERSON**, Gosta (1995) O futuro do Welfare State na nova ordem mundial. In: *Lua Nova*, n.35.
- FELICÍSSIMO**, José Roberto (1994) A descentralização do Estado frente às novas práticas e formas de ação coletiva. In: *São Paulo em Perspectiva* - 8(2).
- FIORI**, José Luís (1993) *Globalização, Estados Nacionais e Políticas Públicas*. Rio de Janeiro : UERJ/IMS.
- HAQUE**, M. Shamsul. Ethical Tension in Public Governance: Critical Impacts on Theory-Building. In: *Administrative Theory & Praxis* : Vol. 21, No. 4, December 1999: 468-473.
- IPEA** Conjuntura e Política Social. In: *Políticas Sociais. Acompanhamento e análise* : Ano 1.N.1; junho de 2000.
- LECHNER**, Norbert (1996) Reforma do Estado e Condução Política. In: *Lua Nova*, n. 37.
- OFFE**, Claus (1984) *Problemas Estruturais do Estado Capitalista*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- POULANTZAS**, Nicos (1977) *Poder Político e Classes Sociais*. São Paulo, Martins Fontes.
- SOUZA SANTOS**, Boaventura (1998) A reinvenção solidária e participativa do Estado. *Mimeo*. São Paulo. Seminário Internacional “Sociedade e Reforma do Estado.” MARE.
- WERNECK VIANNA**, Maria Lúcia Teixeira (1998) *Americanização (perversa) da seguridade social no Brasil: Estratégias de bem-estar e políticas públicas*. Rio de Janeiro : Revam: UCAM, IUPERJ.
- ZALUAR**, Alba (1997) Exclusão e políticas públicas: dilemas teóricos e alternativas políticas. In: *Revista Brasileiro de Ciências Sociais*, vol.12, n.25,pp.29-48.